

## Destaque 1

# Baixas expectativas para a Cimeira de Cancún

*De 29 de Novembro a 10 de Dezembro, a Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas reúne-se no México, para reatar as negociações multilaterais sobre o clima. Um ano depois da Cimeira de Copenhaga, as expectativas não podiam ser mais díspares. Em cima da mesa estão, no entanto, alguns compromissos concretos e a possibilidade de um segundo período sob o Protocolo de Quioto.*

As expectativas são baixas e nenhuma das partes o nega. A Cimeira de Cancún é a primeira Conferência das Partes depois do resultado da 10.<sup>a</sup> reunião em Copenhaga, em Dezembro de 2009, ter esfriado os ânimos no que concerne a um acordo climático global sobre compromissos de redução de emissões. Não será, certamente, alcançado um acordo multilateral como o Protocolo de Quioto, mas especialistas e representantes da União Europeia nas negociações que têm ocorrido, ao longo do último ano, frisam que Cancún poderá ser importante como patamar para novos progressos na África do Sul, em 2011, através de acordos menores em alguns objectivos concretos. Não obstante, a data apontada para um possível acordo final, multilateral, deverá passar por 2012, no COP Qatar/Coreia.

«Um acordo multilateral não vai existir nem este ano, e talvez nem no próximo», admitiu Sirpa Pietikäinen, eurodeputada finlandesa do Parlamento Europeu que tem estado envolvida nas negociações internacionais durante o encontro “De Copenhaga a Cancún: Ponto de Situação das Conversações”, promovido em Bruxelas pela eurodeputada social-democrata Maria Graça Carvalho. Até porque, na sua óptica, a pressão por compromissos de redução das restantes partes apenas resultaria numa maior fragilidade do processo.

Apesar das baixas expectativas, a União Europeia (UE) não quer deixar passar a COP16 sem tentar obter alguns acordos pontuais e perceber até que ponto os restantes blocos estão disponíveis a fazer esforços consideráveis em termos de redução de emissões. Essa análise será essencial para a UE decidir se vai ou não levantar a fasquia de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, já no próximo ano, de 20 para 30 por cento até 2020.

Ainda com a Cimeira de Copenhaga na lembrança, a especialista da European Climate Foundation, Delia Villagrasa, explica o contexto das novas negociações que se iniciaram no final de Novembro. «Copenhaga fez perceber que há novos *players* globais e novas grandes questões», afirma. Em Cancún e no decorrer das negociações, Villagrasa urge os países a prosseguirem com um novo quadro multilateral, ainda que na base de um segundo período do Protocolo de Quioto, «com os Estados Unidos a juntarem-se numa fase posterior».



Expectativas mais optimistas apontam para um acordo na protecção das florestas

Fora do acordo global, Villagrasa e Pietikäinen apelam a medidas com benefícios para a luta climática. A representante da European Climate Foundation fala na necessidade da UE avançar para a meta dos 30 por cento de reduções de CO<sub>2</sub>, independentemente dos sinais demonstrados em Cancún, e nos esforços necessários para o corte progressivo aos subsídios dos combustíveis fósseis. «Por ano, 700 mil milhões de dólares são usados para apoiar combustíveis fósseis, o que ensombra qualquer subsídio dado às energias renováveis», argumenta. Por seu lado, Pietikäinen quer ver «métodos criativos» a serem desenhados desde já, «o que tornaria mais fácil a negociação das metas». Exemplos disso seriam metas para as renováveis, a obrigatoriedade de produtos com *eco-design* e esquemas de responsabilização de emissões, «que poderiam facilitar as negociações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento».

«A Europa está mais do que nunca empenhada em fazer avançar as negociações internacionais sobre clima, mas, ao nível internacional – da ONU –, o progresso tem sido lento e ficou aquém do desejado», realça, por seu lado, Nuno Lacasta, coordenador da Comissão Portuguesa para as Alterações Climáticas, lembrando que, para Portugal e para a UE, é possível aprovar em Cancún um conjunto de decisões operativas sobre algumas matérias.

As baixas expectativas não são só ao nível das partes em negociação e, se a Cimeira de Copenhaga teve um amplo e exaustivo acompanhamento mediático, Cancún tem passado despercebida na opinião públi-

**«Um acordo multilateral não vai existir nem este ano, e talvez nem no próximo», admite Sirpa Pietikäinen**

ca. Questionado sobre este aspecto, o especialista em alterações climáticas, Gonçalo Cavalheiro, sublinha a ausência de esforços das Nações Unidas, governos e organizações não-governamentais em alertar a opinião pública para Cancún. «A caminho da Conferência de Copenhaga esperava-se que a pressão da opinião pública pudesse “obrigar” os chefes de Estado a tomar decisões profundas e completas. Passado um ano, acho que já ninguém tem essa ilusão», afirma.

A eurodeputada portuguesa Maria Graça Carvalho, que vai estar presente na comitiva do Partido Popular Europeu (PEE), em Cancún, considera que uma das acções imprescindíveis (em Cancún) passa por «recuperar uma imagem de confiança no processo multilateral», perdida depois de Copenhaga, caso contrário todo o processo poderá ficar descredibilizado perante a opinião pública.

«Não podemos dizer que não sairá nada de Cancún», explica a parlamentar, referindo-se a blocos de negociações que estão bem encaminhados para acordos. «Espero que avancemos em elementos como o pacote do financiamento e a investigação em tecnologias limpas, assim como a componente de adaptação e o pacote sobre a protecção das florestas», adianta.

### REDD+ marca aspectos positivos

Numa conferência onde a meta é um «pacote de equilíbrio», nas palavras de Delia Villagrasa, entre os interesses de todas as partes, entre o curto prazo de Cancún e o médio prazo da África do Sul, e os conteúdos negociais de Quioto e Copenhaga, as expectativas mais optimistas vão para um acordo para a área da protecção das florestas. Este sector é crítico em termos de acção climática, já que a desflorestação é responsável, anualmente, por 20 por cento das emissões globais.

Prevê-se que, durante a Conferência de Cancún, sejam acordados os moldes de um mecanismo que evite a desflorestação e a degradação das florestas